

35º Encontro Anual da ANPOCS

GT 15: Gênero, deslocamentos, militâncias e democracia

Movimentos feministas e inclusão política na América Latina

Marina Brito Pinheiro¹

Ana Carolina Freitas Ogando²

Mariana Prandini³

¹ Doutoranda em Ciência Política na Universidade Federal de Minas Gerais.

² Doutoranda em Ciência Política na Universidade Federal de Minas Gerais.

³ Doutoranda em Ciência Política na New School of Social Research.

A inclusão política é tem sido uma das principais metas buscadas pelos movimentos sociais latinoamericano. Seja através de novos canais de participação, seja na entrada no estado ou na eleição de representantes. Neste trabalho procuraremos discutir o papel dos movimentos sociais na promoção de um Estado mais inclusivo e quais as questões que surgem para os movimentos a partir do momento em que se aproximam das estruturas estatais e são incorporados das mais diversas formas. Dessa forma, para nos auxiliar no debate proposto, trazemos a tona as experiências do movimento feminista ao longo das últimas décadas.

A trajetória do feminismo nos ajuda a problematizar questões importantes no que diz respeito ao grau inclusividade dos sistemas políticos latinoamericanos e ao papel dos movimentos sociais tanto no fomento à abertura do estado quanto às estratégias de atuação dos movimentos sociais frente à possibilidade de atuarem dentro do estado através de novos arranjos institucionais sejam participativos sejam eles voltados diretamente para a formulação de políticas públicas.

Estes padrões e espaços de participação e representação que começam a surgir a partir de então trazem, por sua vez, diversos anseios e conflitos entre os movimentos no medida em que estas novas práticas, esses novos desenhos institucionais, em seu ineditismo demandam um leque de estratégias de atuação que não haviam sido utilizadas ou testadas em momentos anteriores da história destes movimentos, levando a intensos questionamentos sobre a validade destas práticas de ação. A relação dos movimentos sociais com os Estados Nacionais tem se transformado radicalmente ao longo das últimas décadas. E, dessa forma, a reflexão acerca das maneiras pelas quais os grupos da sociedade civil poderiam contribuir ou não para a ampliação das fronteiras do Estado para as demandas das parcelas da população historicamente ausentes das disputas e pelo debate políticos capitaneados pelas elites políticas nacionais se torna um ponto crucial de discussão tanto dentro dos movimentos sociais quanto pelos seus estudiosos e aqueles que procuram entender e interpretar as dinâmicas da inclusão política.

Para realizar esse debate inicialmente apresentamos algumas características da história recente da América Latina, pontuando a importância que os movimentos sociais adquiriram na história recente da redemocratização da região. Num segundo momento apresentamos algumas características da história do movimento feminista latinoamericano para que possamos trazer elementos da militância recente do movimento e entender como vêm se relacionando com o Estado. Os dilemas vividos pelo feminismo

nos apresentam algumas questões interessantes para entender o papel dos movimentos na busca pela inclusão democrática do país.

I. Várias faces de uma história

A história da América Latina é marcada por vários avanços e retrocessos no que diz respeito à construção da democracia na região e refletem na construção dos Estados Nacionais e as características que assumem nos dias de hoje. No entanto dois momentos históricos específicos podem ser considerados emblemáticos para as mudanças que se fazem presentes num número cada vez maior de países na América Latina. O marco histórico do qual estamos falando se situa ao longo da década de 80, um dos momentos históricos mais importantes da região no século XX. Foi nesse período que a imensa maioria dos regimes ditatoriais militares instaurados durante as décadas anteriores quedaram seu fim⁴. Foi nesse momento também que os grandes regimes comunistas vigentes no mundo se enfraquecem e chegam ao fim, tendo como símbolo de sua derrocada, a queda do muro de Berlim, em novembro de 1989.

Estes eventos, apesar de eminentemente distintos e advindos em regiões diferentes do globo, são símbolos de uma transformação que proporcionou conseqüências em muito convergentes para as décadas que se seguiram na região. A América Latina hoje lida com desafios gestados e alentados ao longo dos anos da transição democrática e assiste à consolidação dos daqueles considerados à época os novos atores sociais, os quais hoje ocupam espaços estratégicos dentro do Estado que outrora ajudaram a refundar.

O pós-guerra e a derrocada do empreendimento socialista foram responsáveis por novas formas de compreender as lutas dos movimentos sociais e as injustiças que os cercam. Estas transformações históricas – ocorridas ao longo do final da década 70 e 80 no mundo – provocaram, portanto, o deslocamento da luta dos movimentos sociais do eixo da questão de classes para uma pulverização de grupos que se caracterizam pela multiplicidade de denúncias e demandas. Nesse contexto, problemas como o do o

⁴ Os únicos países que retornaram ao regime democrático depois deste período foi o México, nos anos 2000.

racismo, o sexismo, a homofobia e as desigualdades que deles decorrem, se tornam demandas proeminentes, em detrimento das desigualdades econômicas, razão da luta de grande parte dos movimentos organizados até então. Frequentemente também, a partir de então, as denúncias acerca da exclusão política⁵ destes grupos e surge como um dos principais temas que compõem as reivindicações de alguns destes “novos movimentos sociais”⁶, como ficaram conhecidos estes grupos.

O advento da modernidade tardia, mais tarde, trouxe com ela diversas mudanças na sociedade e aos poucos a pretensa essência do sujeito vai ser dissipada, dando vazão a um novo tipo de sujeito pós-moderno. As mudanças rápidas e contínuas se refletem na discussão acerca das identidades que cada vez menos se mantém intactas e unitárias. Nas palavras de Laclau (1990), se opera um deslocamento que se refere à substituição de um centro de poder por uma multiplicidade de outros centros de poder num movimento foucaultiano de dilatação do entendimento das relações de poder, deixando para trás referenciais unívocos e já cristalizados como as relações de classe, abrindo caminho para um número variado de visões e antagonismos sociais que produzem novas e diferentes posições de sujeito. Por tudo isso essa nova configuração passa a ser caracterizada pela “diferença” presente nas múltiplas identidades e conflitos surgidos a partir de tais deslocamentos.

No bojo destes processos se ensaiaram movimentos de resistência e reconstrução dos espaços públicos e privados, tendo o feminismo como carro chefe de uma nova leva de movimentos sociais que passam a se constituir um dos operadores do descentramento da sociedade e do sujeito moderno, fazendo pipocar novas disputas e renovando a ênfase em questões agora entendidas como identitárias e na relação entre a vivência da identidade e o "pluralismo" das diferenças que se multiplicam (Amaral & Burity, 2006). Os “novos movimentos sociais”, os grupos que se formam a partir desta nova organização de antagonismos sociais dá um protagonismo antes não experimentado para as identidades.

Essas transformações se refletem na América Latina e toma corpo a partir dos processos de transição democrática ocorridas na década de 80 em sua grande maioria. Os movimentos de direitos que se organizam no mundo desde a década de 60 se refletem

⁵ Entendendo aqui a exclusão, entre outras coisas, como a sub-representação desses grupos nos espaços institucionais da política e a dificuldade de serem eleitos pelos canais existentes de representação.

⁶ Cf.: Young, 1990.

mais tardiamente no continente latino-americano devido principalmente a ocorrência do regime ditatorial recém implantando neste período de grande agitação da sociedade civil em vários países do mundo. Organizados na transição, estes grupos se caracterizaram e foram fundamentais para a denúncia do caráter anti-democrático do regime autoritário e da violação dos direitos humanos que este produzia⁷.

Os acontecimentos que levam ao início de um longo período de permanência de ditaduras em vários países latino-americanos se iniciam com a chegada ao poder do Partido Revolucionário Institucional (PRI) no México em 1929. Ao contrário de outros países latinoamericanos, o regime assentado no domínio de um partido único teve características peculiares, entre elas a de ser o regime autoritário mais duradouro da região, persistindo até à chegada dos anos 2000⁸. Em 1953 a Colômbia inaugura a primeira ditadura sul-americana, seguido pela República Dominicana (1930), Paraguai (1954), Honduras (1954/63)⁹, Argentina (1955), o Haiti (1957), Brasil (1964), Bolívia (1964), Peru (1968), Uruguai (1973) e Chile (1973), cuja ditadura militar foi considerada uma das mais rígidas do período.

O período de quase 70 anos que separa a ditadura partidária do PRI e a transição dos governos autoritários vigente para o novo regime democrático a ser construído na maioria dos países na década de 80 e 90, se caracteriza pela intensa repressão e violação dos direitos humanos por parte do Estado, graves crises econômicas e, com o passar dos anos, uma reconfiguração da sociedade civil latinoamericana, como veremos mais adiante. Este quadro começa a ser modificado apenas a partir dos anos 80, quando ou se inicia ou se consolida um processo de enfraquecimento destas ditaduras. As transições democráticas que se iniciam nesse momento comporiam aquela a que Huntington (1969) chamou de terceira onda democrática no mundo.

Os motivos que levaram ao fim do autoritarismo nos mais diversos países são sujeitos de um debate contencioso. Neste debate duas interpretações nos parece interessante citar. A primeira delas e mais difundida é a teoria da transição democrática, cujos pressupostos se baseiam nas abordagens teóricas do elitismo democrático. Segundo essa vertente, por um lado, os processos que levaram ao fim das democracias seriam

⁷ PANFICHI & CHIRINOS, 2002.

⁸ Cf. LAWSON, 2000.

⁹ A história de Honduras é permeada por ditaduras sejam “civis” ou militares. Durante o período em que os outros países latinoamericanos estavam sob regime ditatorial houveram dois grandes momentos de ruptura democrática.

devidos à combinação entre as convicções antidemocráticas das elites somadas aos conflitos econômicos eminentes naquele instante. Além disso, esse rompimento é reflexo da incapacidade de se constituir instituições políticas satisfatórias para a manutenção e estabilidade democrática (Avritzer, 2002).

Ainda segundo essa abordagem, o processo que levaria ao movimento contrário de retorno à democracia poderia ser explicado também pela forma como as elites se comportam frente à decadência dos regimes autoritários na região, trazendo de volta a democracia para o centro do debate político. O processo de transição, portanto, representariam um período de tempo no qual um arranjo institucional objetivando o restabelecimento da competição política entre atores políticos democráticos e autoritários é alcançado competição essa pautada pelas elites locais.

A segunda, apresentada por Avritzer (2002) tem como objetivo opor a teoria elitista, a partir da visão de que os pressupostos desta teoria no que diz respeito aos processos de transição democrática na América Latina pecam ao atribuírem um papel protagonista à disputa das elites nacionais e ignorar mudanças latentes na sociedade civil que possibilitou a criação de um ambiente propício ao retorno à democracia. Essa perspectiva analítica deixaria de levar em conta o peso da atuação dos movimentos sociais (Alvarez, 1990a; Jaquette, 1994a) e o conseqüente desenvolvimento da esfera pública (Avritzer, 2002) para a refundação democrática.

Movimentos de base e opositores ao regime autoritário, além de outras organizações não pertencentes às elites da sociedade civil também tiveram um papel crítico nos processo de transição, principalmente no Brasil (Alvarez, 1990a). Mesmo que se assuma o importante papel que as elites desempenharam no processo de democratização dos países latinoamericanos, protestos políticos de massa que se tornaram comum nesse período e a pressão exercida por estes atores na sociedade civil foram fundamentais para a legitimação dos setores moderados e opositores das elites nacionais. Segundo Alvarez (1990a), portanto, os movimentos sociais colaboraram para a promoção de um discurso “antiditatorial” de forma que proporcionaram a constituição de uma ampla adesão da população de vários dos países que estiveram sob o julgo de ditaduras.

Este é o caso do Brasil, mas também de países como a Argentina e o México, casos discutidos por Avritzer (2002). Movimentos como o de direitos humanos na Argentina ou luta contra as fraudes eleitorais no México encabeçados pela Alianza

Cívica, foram capazes de promover transformações nas formas de ocupação da esfera pública, ter a capacidade de renovar o debate ao trazer para o público questões culturais complexas e no âmbito da política, criar novos desenhos institucionais através dos quais públicos informais assumem a capacidade deliberativa nestes temas os quais a cultura majoritária apresenta uma postura ambígua. Para Avritzer, por conseguinte, estas arenas em que temas como autonomia social, moralidade política e participação são levadas a debate são cruciais para se entender o processo que decorre da queda do regime autoritário e a renovação democrática que se seguiram, produzindo arranjos institucionais alternativos para além da disputa entre as elites dominantes.

Como pudemos ver até aqui, a sociedade civil latinoamericana passa a se caracterizar por um progressivo enfraquecimento das formas “tradicionais” de organização de interesses, representação política e solidariedade que vigeram ao longo de boa parte da segunda metade do século XX na região (Panfichi & Chirinos, 2002). Esse deslocamento reflete por sua vez diversas mudanças na sociedade que dá vazão a um novo tipo de “sujeito pós-moderno”, algo que já se vinha experimentando em outros países do mundo como já foi dito. Essas modificações se mostraram presentes no crescimento e desenvolvimento de movimentos que ou não existiam ou não tinham a envergadura que alcançam nos idos dos anos 70 e 80.

Estes movimentos por sua vez foram essenciais para a transformação da sociedade civil e da esfera pública. A movimentação produzida por estes grupos colaborou para a queda dos regimes militares – seja direta ou indiretamente – e proporcionou a constituição de um novo modelo democrático em que novos arranjos institucionais puderam ser desenvolvidos em prol da construção de espaços deliberativos, onde estes atores societários pudessem trazer à tona questões marginalizadas nos sistemas políticos até então.

Com a queda dos regimes ditatoriais e o crescimento dos movimentos ditos “identitários”, o foco de atuação dos grupos se desloca gradativamente da questão dos direitos políticos e atingi cada vez mais outros tipos de problemas. Esse campo de ação das lutas democratizantes se estende de forma a abranger não só o sistema político como afirmam Alvarez *et al* (2000), mas também a erradicação das desigualdades sociais tais como as de raça e gênero profundamente moldadas por práticas culturais e sociais. Nesse processo, acabam por conseguir obter alguns sucessos no que diz respeito à tradução das

suas demandas em termos de políticas públicas e mesmo a redefinição das noções de cidadania e de representação.

Um dos movimentos que se mostraram mais presentes ao longo da terceira onda democratizante latinoamericana foram os movimentos feministas e de mulheres nos mais diversos países da região. Os movimentos de mulheres contra a carestia no Brasil, a luta das Mães da Praça de Maio na Argentina, e a participação de movimentos de mulheres e feministas na luta de movimentos opositores à ditadura como os Tupamaros no Uruguai e os movimentos de defesa dos direitos humanos que pipocaram em toda a América do Sul, Central e México. Na Argentina, Chile e Uruguai, por exemplo, as mulheres foram as primeiras a protestar contra os desaparecimentos e prisões em massa. As organizações de familiares dos desaparecidos políticos se tornaram a espinha dorsal dos grupos de direitos humanos, como afirma Jaquette (1994b), que como vimos foram um dos principais movimentos opositores ao autoritarismo vigente.

O feminismo, assim sendo, ganha espaço na discussão que hora se apresenta pela longevidade e pelo protagonismo que assume no continente americano como um todo, tanto no que diz respeito aos processos de democratização como no período que se seguiu à queda dos regimes ditatoriais, fazendo com que parte importante da sua agenda fosse incorporada pelos Estados Nacionais através das mais diversas formas de inclusão. Junto à luta de vários movimentos surgidos a partir da refundação dos estados democráticos latinoamericanos, contribuiriam para a criação de novos espaços participativos que promoveram uma mudança nos padrões de atuação dos próprios movimentos como também do Estado frente às demandas por inclusão.

Com a chegada da democracia, o diagnóstico de que haveriam muitos obstáculos a serem ultrapassados para o pleno exercício da cidadania, como os altos níveis de violência, pobreza, discriminação e exclusões dos mais diversos tipos, trouxe um renovado desafio às sociedade civil latinoamericana. Como afirmam Alvarez *et al* são os movimentos sociais, mais uma vez, que tem um papel crucial na luta pela construção de projetos alternativos que possam enfim produzir um sistema menos excludente. Nas sessões seguintes, trataremos à discussão, a experiência paradigmática dos movimentos feministas e de mulheres na América Latina, com vistas a buscar contribuições para o entendimento deste papel desempenhado pelos movimentos nos processos de abertura do estado à participação política. A partir desse ponto poderemos entender melhor as

conseqüências que estas transformações apresentam para a própria atuação destes grupos e a relação que encetarão com as mais diversas esferas estatais.

II. O movimento feminista: uma face protagonista

O feminismo enquanto ideário tem como uma de suas principais raízes a Revolução Francesa, considerada, por muitos, o berço do feminismo moderno. Neste momento mulheres como Olympe de Gouges traziam para a cena dos debates a importância da equiparação de direitos entre os sexos, entre eles o direito ao voto. Com o alvorecer do século 19, a luta pelo direito ao voto se torna uma das principais bandeiras de luta das mulheres que empunhavam a bandeira do feminismo. Em países como a Inglaterra, a demanda pelo sufrágio universal, juntamente com reivindicações como o acesso à instrução e às profissões liberais, são formados os embriões de um movimento que no século seguinte se amplia tanto no que diz respeito às suas demandas quanto ao número de adeptas e adeptos nas mais diversas regiões do mundo.

Na América Latina, como poderemos ver, as etapas pelas quais as feministas e o feminismo enquanto movimento organizado vai atravessar em muito se assemelha à luta e às discussões que foram travadas no mesmo momento em vários países como os Estados Unidos e em vários países europeus. Este desenvolvimento, no entanto, apesar de semelhante, ganha contornos especiais, principalmente no final do século XX, dentro do contexto histórico em que a região se viu colocada. A partir deste momento, o feminismo deixará de ser um movimento secundário e se colocará como o carro chefe de uma leva de movimentos sociais que surgiram e continuam a surgir nos dias de hoje.

Na América Latina, a mobilização política das mulheres tem longa data. Segundo Jaquette (1994a; 1994b), desde as guerras de independência da Espanha até as guerrilhas instauradas entre as décadas de 60 e 70 na região, as mulheres têm participado de movimentos sociais e políticos. Antes mesmo de obterem o direito ao voto, organizaram greves, participaram de manifestações públicas e se filiaram a partidos políticos.

É comum distinguir a história dos movimentos de mulheres e feministas no mundo (FRASER, 2007) e na América Latina em duas grandes fases (Alvarez, 1990a; 1990b; Jaquette, 1994b) ou ondas (Pinto, 2003; Matos, 2009; 2010a; Alves & Pitangy,

1991). A primeira onda do feminismo se caracterizaria por movimento que esteve principalmente centrado na reivindicação de direitos políticos – como o de votar e ser eleita, reflexo das movimentações crescentes no século XIX, que como se viu, caracterizava-se pela demanda por direitos políticos, direito a educação e emancipação da mulher como um todo. Este foi um momento de consolidação do movimento através da constituição de grupos de mulheres em defesa da igualdade de direitos políticos para homens e mulheres. Estes se organizaram e protestaram contra as diferenças contratuais, a diferença na capacidade de conquistar propriedades e contra os casamentos arranjados que ignoravam os direitos de escolha e os sentimentos das mulheres (Alves, 1991). O movimento sufragista, por conseguinte, marca fortemente esse período na região, liderado por mulheres de classes médias e altas. O auge desta onda se daria com a concessão do sufrágio, a maioria no início dos anos 30. Fruto de uma agenda reformista mais do que da demanda feminista, no entanto, o voto feminino não indicou uma modificação nas atitudes acerca das mulheres e nem um compromisso político de assimilar as questões das mulheres dentro de uma agenda de debate público (Jaquette, 1994b).

A partir das décadas de 60 e 70, no entanto, se inicia uma ampla gama de manifestações e construção de movimentos em prol da luta pelos direitos civis e pela denuncia das mais variadas formas de exclusão e desigualdades sociais, sobre a qual falamos acima. Neste segundo grande momento do feminismo na América Latina, a mobilização das mulheres é fortemente marcada pelo contexto político da região, permeada por diversos regimes autoritários, sendo “uma síntese, tanto da desvalorização e da frustração da cidadania, quanto de um reforço na opressão patriarcal” (Matos, 2010a), que é sentida não apenas nas relações familiares, mas que também se orchestra pelo estado militarizado e pela violência institucionalizada (Alvarez, 1990b).

Essa “segunda onda” como vimos na sessão anterior é marcada pela resistência contra a ditadura militar, o que faz com que Alvarez *et al* (1990b) afirmem que o feminismo nessa fase nasce “como um movimento intrinsecamente oposicionista”. Estas são as mulheres organizadas dentro dos movimentos de esquerda que lutam contra o autoritarismo e eventualmente se organizaram em movimentos independentes feministas. Esse é o exemplo dos grupos de consciência no Brasil, onde as militantes se reuniam para discutir temas como a sexualidade, as relações de poder, a violência sexual e doméstica

entre outros temas diretamente ligados à experiência vivida por elas, mas que não ecoavam nos movimentos amplos e nos partidos políticos onde estavam inseridas.

Durante o processo de transição Jaquette (1994b) identifica senão três grandes padrões de mobilização das mulheres organizadas e deram a elas um papel protagonista nas transições democratização. Seriam eles os grupos de direitos humanos das mulheres, os grupos feministas e as organizações de mulheres pobres urbanas. Exemplo das primeiras são as já lembradas, Mães da Praça de Maio na Argentina, ícone da luta contra a violência militar que assolou a América Latina no período ditatorial recente.

Os movimentos feministas surgidos a partir da segunda metade da década de 70 foi fundamental para a redefinição do movimento durante essa fase. Muitas militantes formaram grupos a partir de associações profissionais, ou a partir do desencantamento com os partidos políticos de esquerda. As feministas se organizavam para lutar pela redefinição e ampliação do “conceito predominante de luta revolucionária, exigindo uma revolução no dia-a-dia, afirmando que uma transformação radical deveria abranger mudanças nas relações de poder de classe e nas relações patriarcais”¹⁰. Indo mais além, denunciavam os métodos hierárquicos de “fazer política” dentro da própria esquerda latinoamericana, insistindo em formas mais participativas e democráticas de buscar mudanças sociais radicais (Alvarez, 1990b).

Os grupos feministas gradualmente adquiriram grande número de adeptas. Impulsionada pelas novas idéias trazidas pelas exiladas políticas que regressam da Europa, Estados Unidos, ou mesmo de outros países latinoamericanos, realizavam oficinas, assessoria legal, ajuda às vítimas de tortura e da repressão, entre outras atividades. No entanto, as atividades que mais ganharam visibilidade foram os encontros feministas, realizados a partir da década de 80.

Estes eventos bianuais objetivavam o compartilhamento de idéias, experiências e desenvolver agendas para uma ação conjunta dos movimentos latinoamericanos. O primeiro encontro, realizado em Bogotá, contou com a participação de mais de 200 mulheres de doze países latinoamericanos. Eram jovens estudantes universitárias, mulheres organizadas da classe operária, trabalhadoras de outras áreas, organizações camponesas, grupos de pesquisa, de movimentos urbanos, de coletivos de cinema, poetas, dentre tantas outras. Estes encontros são considerados marcos históricos, “destacando os

¹⁰ ALVAREZ, 1990b: p. 10.

debates chave estratégicos, organizacionais e teóricos que caracterizaram a trajetória política das feministas latinoamericanas contemporâneas”¹¹. Estes encontros ocorreram ao longo de todas as décadas de 80 e 90, chegando a contar com cerca de 3200 participantes¹² por encontro e foram grandes aglutinadores do movimento latinoamericano mesmo em momentos posteriores à segunda onda.

A terceira dimensão da atuação feminista nessa segunda fase foi a mobilização das mulheres pobres urbanas, mostrando seu potencial na constituição de grupos de base. A profunda recessão no final dos anos 70 e os anos 80 foram responsáveis por uma crise econômica grave na região. O endividamento externo dos países os obrigaram a realizar “programas de ajuste estrutural” que aumentaram os preços dos alimentos e dos bens de consumos básicos entre outras medidas que contribuíram para a piora da situação das classes pobres urbanas (Jaquette, 1994b). Esta situação levou as mulheres das classes mais afetadas por estas medidas a se organizarem em comitês de bairro, cozinhas comunitárias, entre outras organizações que pudessem minimizar os efeitos negativos que a crise econômica oferecia a estes grupos. As organizações de base, apesar de não serem inéditas, ganharam um nível de complexidade em termos de coordenação entre os grupos, tamanho e amplitude de temas abordados pela militância não antes observados. Somado a ao contexto dos processos de transição democrática, alcançaram metas mais audaciosas e relevância políticas que as tornaram uma das bases das mudanças na sociedade civil latinoamericana no período, fundamentais no período, como vimos.

A partir da segunda metade da década de 80, podemos identificar no Brasil, como afirma Pinto (2003) e em alguns países latinoameiricanos uma terceira etapa do movimento. Temos ainda a forte participação das mulheres no processo de redemocratização, como já foi perceptível na segunda onda e que permanece sendo uma característica importante. Além disso, se caracteriza também pela construção de ênfases ainda mais particulares que incidiam sobre as diferenças intragênero (ou seja: aquelas vividas entre as próprias mulheres). Os movimentos sociais, se defrontando com novas maneiras de conceber a cultura política e outras formas de se organizar coletivamente, desta vez passaram a se caracterizar por: (1) tentativas de reformas nas instituições consideradas democráticas; (2) tentativas de reformas do Estado, por meio de onguização

¹¹ STERNBACH, et al. 1992: p. 395. Ver também Alvarez et al, 1990b; Alvarez, 1998a e Alvarez et al, 2003.

¹² Encontro realizado em San Bernardo na Argentina em 1990.

e profissionalização do movimento e; (3) busca da reformatação do espaço público através da forte participação dos outros “novos” movimentos sociais (mulheres negras, lésbicas, indígenas, rurais etc.) com sua posterior especialização. Este terceiro momento marca o início de uma aproximação do Estado, e de seus Poderes constituídos que foi tensa e cautelosamente construída: aproximação do Executivo, através da tentativa de reformatação de suas políticas, do Legislativo através do esforço de sensibilizar representantes e partidos e também de algumas mulheres ousadas que visavam se candidatar e que obtinham sucesso, e do Judiciário, por intermédio dos pedidos de reparação pelos direitos violados e da construção de um novo ordenamento legal para fazer frentes às injustiças vividas (Matos 2010a).

No Brasil, o ganho concreto para as mulheres neste período foi a emergência da questão de gênero na agenda governamental e a conseqüente implementação de política públicas direcionadas para a mulheres, principalmente, na área de combate a violência e na atenção a saúde. No interior do feminismo, neste contexto, ressurge o debate sobre sua relação com o Estado, focalizado em algumas questões centrais como: o papel do movimento na reivindicação por políticas públicas, a participação de lideranças nas estruturais governamentais, a sua representatividade na negociação direta com os organismos de Estado. Como se percebe a essência dos questionamentos gira em torno da autonomia, questão sobre a qual falaremos mais adiante.

Por fim, às três ondas apresentadas por Pinto (2003), Matos (2009; 2010a) acrescenta uma quarta fase do feminismo no Brasil que poderia ser identificada através de quatro aspectos fundamentais:

“(1) a institucionalização efetiva das demandas das mulheres e do feminismo por intermédio da entrada (ainda parcial) delas no âmbito do Poder Executivo e Legislativo; (2) da criação órgãos executivos de gestão de políticas públicas no âmbito federal, estadual e municipal; (3) a consolidação da institucionalização das ONGs e das redes feministas, e em especial sob a influência do feminismo transnacional e da agenda internacional dos direitos humanos das mulheres; (4) uma nova moldura para a atuação do feminismo: trans ou pós-nacional, onde são identificadas uma luta por radicalização anticapitalista e uma luta radicalizada pelo encontro dos movimentos feministas com outros movimentos sociais no âmbito das articulações globais de países na moldura Sul/Sul (a exemplo do Fórum Social Mundial e das lutas feministas e das mulheres contra as ideologias neo-liberais).” (Matos, 2010a: p.17)

Estes momentos do feminismo não se caracterizam por um processo evolutivo, mas sim por contextos sociais específicos que levariam a uma tendência de configuração

do movimento num país ou regiões específicas, tanto no que diz respeito a suas demandas como suas formas de organização e nos ajudam a compreender algumas das questões que iremos abordar adiante, onde tentamos discutir como a experiência do movimento feminista pode nos ajudar a entender o papel recente que os movimentos tem e devem ter no processo de abertura inclusiva do Estado.

IV. Integração ou cooptação? O que a experiência do movimento feminista tem a dizer sobre a questão da inclusão política

Segundo Offe (1990) os movimentos sociais passariam por um ciclo de três etapas em sua história. A primeira diria respeito aos instantes iniciais de mobilização, caracterizada pela informalidade e espontaneidade de seus participantes e atividades. A segunda diria respeito à fase de estagnação que diria respeito a um momento de consolidação do movimento, da definição de suas fronteiras (filiação, liderança e organização). O terceiro estágio seria o da institucionalização do movimento, etapa na qual os movimentos sociais passam a apresentar uma relação próxima do Estado, sendo muitas vezes incorporado por este, num processo que Drysek (1996) identifica como o de inclusão no Estado. Ao tentarmos pensar a trajetória do movimento feminista no mundo e na América Latina, este parece se enquadrar satisfatoriamente nesse modelo, culminando recentemente com a institucionalização recente durante o que Pinto (2003) e Matos (2009 e 2010a) chamaram de terceira e quarta ondas do feminismo brasileiro e latino-americano.

O processo de institucionalização dos movimentos, no entanto tem feito com que estes tenham que se confrontar com uma série de dilemas que dizem diretamente das possibilidades de inclusão dos movimentos dentro do Estado, as estratégias de atuação frente às opções oferecidas para incorporação e o futuro do movimento social como membro da sociedade civil. Como vimos na segunda parte deste artigo, o movimento feminista nos últimos anos tem se caracterizado cada vez mais por uma aproximação do Estado, seja via os novos canais de participação abertos no processo de redemocratização dos países latinoamericanos como também na entrada em determinados espaços, como os organismos especiais de promoção de políticas públicas para as mulheres.

Um dos principais questões que este contexto tem suscitado no âmbito do movimento feminista, e que ecoa em outros movimentos¹³ diz respeito à questão da autonomia do movimento frente à relação com o Estado e outros organismos que apóiam as ações dos feminismos na região. Segundo Alvarez (2003), autonomia pode ser vista como a “palavra mágica” dos feminismos latinoamericanos. Usualmente entendida como “a capacidade de agir independentemente”, foi e é considerada uma questão “espinhosa” para o movimento e apresenta deslocamentos sensíveis no que diz respeito a que e de quem deveriam manter autonomia.

As raízes deste debate no movimento feminista, se encontra na luta das mulheres inseridas dentro dos movimentos oposicionistas das décadas de 70 e 80 e os partidos políticos de esquerda na qual estavam inseridas. Durante esse período a autonomia quase sempre foi relacionada aos partidos e organizações revolucionárias na qual militavam. Muitos dos debates realizados nos encontros feministas na década de 80 reportavam a questão da dupla militância – nos partidos e nos movimentos feministas – e a dificuldade em trazer para os grupos mais amplos as demandas e questões que diziam respeito à experiência específica das mulheres. O argumento comumente utilizado por muitos dos companheiros de militância diziam respeito ao fato de que enxergariam as questões propriamente feministas como algo que poderia gerar segregação ou desvios da luta maior de classe e contra a ditadura. Premidas pelos seus companheiros de militância, se viam com a necessidade de se autonomizarem destes movimentos, criando suas próprias organizações independentes. No entanto, apesar das dificuldades encetadas pela dupla militância, muitas feministas defendiam a necessidade da luta conjunta tanto nas organizações feministas quanto nas partidárias revolucionárias.

Os anos 90, no entanto inauguram novo momento para o feminismo latinoamericano como vimos. O quadro da militância agora apresenta novas cores. Cada vez mais as feministas se engajavam nas atividades de *advocacy* de políticas de gênero, se tornavam militantes ativas em partidos políticos agora legalizados de centro e de esquerda e se empregavam em agências estatais, refletem uma transformação que viria a impactar a questão contenciosa da autonomia. Dessa forma, o que inicialmente vem à tona como um problema na relação com grandes movimentos sociais e os partidos

¹³ Cf.: Dryzek, 1996 e Cohen & Arato, 1992.

políticos, se desloca para a questão da relação do movimento feminista com o estado e os organismos internacionais. Segundo Alvarez:

“A questão sempre contenciosa da autonomia agora viria a girar em torno de um novo eixo: o engajamento cada vez maior de algumas feministas em instituições políticas nacionais e internacionais – visto por algumas como um “passo necessário” para o avanço da agenda transformadora feminista, mas também visto por outras como um desvio perigoso em direção ao “patriarcado global neoliberal” ou, até mesmo, em conluio com esse patriarcado.” (ALVAREZ, 2003: p. 550)

Haveriam, por conseguinte, dois padrões de atuação do movimento feminista que davam corpo a este debate. Por um lado, a atuação através do *advocacy* fez crescer o número de militantes que buscavam promover políticas públicas com aporte feminista em instituições governamentais e não-governamentais. Por outro lado, um padrão de ação focado na “lógica de ‘identidade-solidariedade’ permaneceu evidente no desenvolvimento de identidades, comunidades, políticas e idéias, centradas no movimento”¹⁴. As militantes alinhadas nesse tipo de estratégia de atuação rejeitavam ou não se interessavam pelo possível papel do estado na transformação social buscada pela “ideologia feminista”.

A política neoliberal de enxugamento do estado, como pudemos ver, também contribuiu para o aumento do número de feministas que se engajam em organizações não-governamentais. Estas, no entanto, se viam obrigadas a formalizar suas práticas organizacionais adotar um discurso moderado para poderem interagir com agências governamentais e instituições internacionais. Apesar da desconfiança de uma parte do movimento com relação ao tipo de relacionamento encetado com estas organizações, durante um bom período houve uma relação harmoniosa entre os grupos “autônomos” e os institucionalizados e inseridos na lógica estatal.

Os problemas surgiram a partir do momento em que os padrões de ações diferenciados começaram a dar origem a desigualdades dentro do movimento. As feministas presentes no Estado e nas ONG’s apresentavam claramente uma proeminência no movimento, dada ao “acesso desproporcional aos recursos, à atenção e aos financiamentos governamentais”¹⁵. Munidas de discursos mais amenos, estas feministas sofreram uma forte oposição de segmentos do movimento que passaram a negar qualquer

¹⁴ Alvarez, 2003: p. 550.

¹⁵ Alvarez, 2003: p. 551.

relação com o Estado ou organismos internacionais. A oposição agora seria formada entre as autônomas e as institucionalizadas.

Em fins da década de 90, todavia, as disputas pautadas pela relação do movimento com o estado e outros atores políticos que outrora dividiu radicalmente as feministas começa a se arrefecer. Primeiro pelo fato de que as feministas autônomas enquanto ala estruturada dentro do movimento latinoamericano perde força ao sofrer com as inúmeras clivagens que surgem com o passar dos anos, a ponto de deixarem de serem consideradas uma das linhas estruturais do grupo. Segundo, porque as institucionalizadas, ao realizarem um balanço de sua atuação durante a última década do milênio, apresentam importantes reflexões autocríticas acerca dos perigos de se lidar com o Estado e a barganha por políticas públicas do estado.

O arrefecimento do debate não significou, no entanto a extinção do conflito. A soma das experiências vividas nos anos 90 e 2000 provocam muitas desconfiças entre aquelas que vêm com maus olhos a institucionalização do movimento e apontam questionamentos acerca da capacidade de inclusão do feminismo no Estado sem que caiam na armadilha da cooptação e sem que isso implique na produção de uma estrutura excludente dentro do próprio movimento social. Essa desconfiça cresce na medida em que a linguagem das políticas públicas se torna cada vez mais hegemônico dentro do movimento e o olhar da militância se volta fortemente às ações do Estado no sentido de eliminar as desigualdades de gênero na sociedade. O desafio aqui, portanto é o de tentar equacionar quais estratégias de ação do movimento feminista poderiam ser mais bem sucedidos na inclusão política e social de suas demandas e que pudessem colaborar com uma transformação social ampla e profunda.

Na busca da resolução desse tipo de dilema imposto ao movimento feminista pelas posturas que o Estado passa a assumir ao longo das últimas décadas, Drysek (1996) nos propõe lançar mão de alguns critérios que possam orientar os movimentos nas escolhas de suas estratégias de ação frente a sua relação com o Estado. Primeiramente o movimento deve avaliar até que ponto as demandas propostas podem ser assimiladas pelos imperativos do Estado, ou seja, até que ponto a estrutura estatal corrente estaria aberta ou não a determinados interesses do grupo e ao desejo de aplicação de determinadas políticas públicas. A isso, poderíamos acrescentar os interesses dos governantes presentes no Estado no momento, o histórico de atuação dos principais partidos e a vontade política destes governantes, fundamentais para qualquer tentativa de

construção de um espaço verdadeiramente inclusivo ou talvez menos “cooptativo”. Como afirma Drysek (1996), num contexto onde o Estado se mostra pouco interessado em satisfazer determinadas demandas do movimento, as chances de que o movimento seja vítima de cooptação são altas.

Um segundo critério a ser considerado é até que ponto a entrada no estado implicaria no abandono das atividades na sociedade civil, esgotando sua capacidade de ação nesse espaço, desconstruindo um espaço fundamental para uma sociedade democrática, mesmo que o Estado tenha uma “postura” mais democratizante. As organizações da sociedade civil tem um papel fundamental na tarefa de exercer o papel de fiscalizadores das ações das várias esferas do estado, como já argumentamos anteriormente em outros trabalhos¹⁶. Uma sociedade civil robusta é fundamental para que haja espaços para a livre manifestação do grupo quando os canais de participação e inclusão não sejam capazes de promover determinadas demandas.

Além disso, levando-se em conta, como Drysek (1996) lembra, que os imperativos do Estado podem mudar sazonalmente, decisão pela saída do movimento do Estado de volta à sociedade civil pode se transformar num caminho sem volta ou num longo caminho em direção à reocupação de espaços antes utilizados. Poderíamos dizer ainda, que a necessidade de existência de uma parcela do movimento comprometido com esse papel crítico na sociedade é estratégica para os próprios representantes do movimento no Estado. Por estarem num espaço delicado, onde a disputa envolve a utilização de recursos políticos e econômicos de uma forma essencialmente diferente daqueles utilizados na sociedade civil, há grandes chances de que a atuação da parcela adentrada no estado fuja as aspirações iniciais do movimento ou das concepções de construção de um projeto político específico. Nesse caso, são aqueles presentes na sociedade civil que geralmente emitem os sinais de alerta para os “institucionalizados”, como na fala usual das feministas.

Mas como o movimento feminista tem reagido frente às escolhas apresentadas a ele no contexto latinoamericano? A adoção do modelo neoliberal pelos países da região durante a década de 90 teve impactos em muitos sentidos questionáveis em termos da promoção de inclusão das demandas feministas¹⁷. Como vimos, com o processo de abertura política, muitas feministas latino-americanas começaram a se preocupar cada

¹⁶ BRITO, 2010 e BRITO & CYPRIANO, 2010.

¹⁷ CF.: Alvarez 1998.

vez mais com a atuação do Estado e qual a importância que este poderia ter enquanto uma arena de promoção de transformações nas relações desiguais de gênero na sociedade. Envolvendo-se cada vez mais em atividades de *advocacy*, monitoramento e avaliação de políticas públicas, se aproximavam cada vez mais das esferas estatais.

Como afirma Alvarez (1998c) durante a década de 90 foi cada vez mais difícil se as feministas materem alheias aos Estados, visto o crescente número de líderes nacionais adotando discursos pró-feminismo. Líderes como Eduardo Frei, no Chile Fujimori no Peru, Ernesto Zedillo, no México e mesmo Fernando Henrique Cardoso frequentemente declararam suas intenções de promover políticas para as mulheres e “incorporá-las ao desenvolvimento”. De fato, os anos 90 vêm crescer o número de políticas e programas de promoção da igualdade de gênero¹⁸. Foram criados vários organismos governamentais de promoção e acompanhamento de políticas para as mulheres, assim como novos canais de participação política como o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher no Brasil (CNDM), a *Consejería para la Juventud, la Mujer, y la Familia* na Colômbia ou o *Ministerio de Promoción de la Mujer y del Desarrollo Humano* (PROMUDEH), no Peru.

Apesar de alguns desses organismos contaram com participação ativa das feministas como o CNDM no Brasil, fica patente a avaliação de que muitas destas organizações estatais foram criadas por um impulso oportunista ou mesmo pragmático. Isto se deve em grande medida à influência de organismos internacionais como a ONU encetada através, entre outras coisas, pela pressão para que os países da região se tornassem signatários de vários tratados internacionais de direitos humanos que objetivavam a promoção da igualdade de gênero nos países¹⁹. Assim como afirma uma entrevistada de Alvarez (1998c),

"la globalización exige que el Estado demuestre sensibilidad al género [...] los recursos vienen atados a eso" y esto explica en gran parte el

¹⁸ Como podemos ver em Htun, 1998. O crescimento de iniciativas objetivando a igualdade de gênero pôde ser identificado em todas as esferas do Estado, principalmente no que diz respeito à questão da participação política – as leis de cotas, principalmente, a violência doméstica e algumas iniciativas de políticas públicas na área de educação e saúde da mulher. Para uma visão geral acerca de novos arranjos institucionais relacionados às questões de gênero na região até o começo dos anos 2000 ver Gúsman, 2004.

¹⁹ Um dos principais tratados acordados na região foi a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, a "Convenção de Belém do Pará" (1994). Em 2003 o Estado brasileiro foi condenado na Corte Interamericana de Direitos por haver sido negligente acerca de um caso de violência doméstica em que o agressor não foi punido pela violência cometida. Este episódio foi um dos principais motivadores para a aprovação em 2006, da Lei Maria da Penha, que coíbe todas as formas de violência contra a mulher no Brasil. Para mais detalhes cf.: PEREIRA, 2009.

reciente diluvio de "políticas públicas con perspectiva de género."
(Alvarez, 1998c: p. 3).

Por um lado, as políticas para as mulheres na maioria dos países latinoamericanos era encarada como uma tentativa destes em construir uma imagem positiva sobre sua atuação, voltada para a erradicação de desigualdades que se mostraram uma marca da região desde tempos imemoriais. Por outro, parte expressiva destas políticas raramente apresentava um caráter realmente feminista, visando mudanças profundas nos padrões de relacionamento entre homens e mulheres e propondo um verdadeiro empoderamento das mulheres na sociedade.

Soma-se a esse contexto o aporte neoliberal assumido pelos estados da região nesse período, fazendo pipocar organizações não governamentais feministas que emergiam para preencher os espaços deixados pelo Estado cada vez menor. Essa realidade teve o efeito de “despolitizar grupos locais e distorcer suas agendas em direções favorecidas pelos financiadores do Primeiro Mundo”²⁰. Nesse contexto, pouco havia ser feito pelas ONG’s feministas que apenas cobriam o espaço deixado pelo Estado que se apresentava com pouco interesse em promover políticas mais eficazes e de maior impacto para a sociedade. E para além do fato de não contribuírem de maneira extensiva para as transformações sociais tão almejadas pelas feministas, ainda contribuíam para a viabilização de desigualdades dentro do movimento sobre o qual já falamos, exercendo um papel de interlocução com os grandes organismos internacionais e os governos locais, marginalizando setores do movimento que não enveredaram pelo caminho da institucionalização via “onguização”.

O quadro apresentado poderia ser visto como um daqueles momentos em que para o movimento a melhor alternativa seria a de abandonar as iniciativas “inclusivas” do Estado, dado aos imperativos do modelo neoliberal, mas também da vontade política de governantes pouco preocupados em abrir as portas para a construção de políticas públicas com caráter realmente emancipatório para as mulheres, permitindo apenas poucas e nem sempre “feministas” ações. Dessa forma, apesar da entrada do movimento no Estado, pouco foi alcançado em termos de inclusão política significativa.

Todavia, apesar de antever uma situação em que a cooptação foi em vários momentos a tônica da relação com o Estado, Alvarez (1990a; 1998c) argumenta que

²⁰ Fraser, 2009: p. 26.

visões maniqueístas do Estado ou a sua simples ignorância tampouco se apresentam como soluções ótimas para a atuação do movimento. Ao movimento é necessário se manter atento à situação política local, que em determinados momentos poderia abrir "pontos de acesso" através dos quais as feministas podem, eventualmente, promover políticas favoráveis às mulheres.

Adicionalmente, hoje vemos cada vez mais o modelo neoliberal que vigorou durante a década de 90 e o começo dos anos 2000 perder crescentemente sua força na região, dando espaço para novas formas de organização de Estado além da chegada ao poder de atores políticos que surgem de outros estratos da sociedade não ligados às elites dominantes. Um exemplo disso é a entrada do Partido dos Trabalhadores (PT) na presidência da República no Brasil.

Neste caso, o partido político do presidente e partidos da coalizão como o PC d B, foram um dos principais partidos onde muitas das militantes das segunda e terceira ondas no Brasil atuavam e continuaram atuando nos 20 anos que se passaram depois da redemocratização. O PT, como um dos principais partidos de esquerda deste antes de sua legalização, construiu uma forte base social estruturada por movimentos sociais diversos surgidos nos idos dos anos 70 e 80. A trajetória diferenciada de partidos anteriormente presente no poder como o anterior PSDB, fortemente alinhado com a política neoliberal, se traduziu em novas formas de se lidar com políticas públicas para populações historicamente excluídas como negros, população LGBT e as mulheres.

Enquanto países como Peru, El Salvador, Equador, entre tantos outros na região haviam fundado órgãos específicos para a promoção de política para as mulheres, alguns inclusive com status de ministério, apenas em 2003 com a chegada do governo Lula a secretaria de políticas para as mulheres, que antes era um órgão pequeno, vinculado ao Ministério da Justiça e ao CNDM se torna uma Secretaria com status de ministério. A Secretaria de Política para as Mulheres (SPM) foi marcada ao longo dos dois períodos do governo Lula pela presença de várias feministas que atuavam em organizações não governamentais constituídas no Brasil ao longo dos anos 90 e outras feministas que atuavam no movimento. O órgão se tornou um dos principais espaços de articulação de políticas públicas no Estado, buscando parceria com outros ministérios para produzir e fomentar políticas com o foco em gênero nas diversas áreas, seja na saúde, educação, entre a população negra (atendida também por uma secretaria com status de ministério), entre outros espaços.

Apesar de ainda estar longe de produzir um impacto mais profundo em termos de promoção da equidade de gênero, os espaços para a entrada do movimento via esta secretaria proporcionaram alguns avanços importantes no que se refere à inclusão de alguns temas na agenda governamental e um relativo sucesso na emulação desta experiência no nível estadual para estados e mesmo municípios com a abertura de secretarias de estado e municipais de promoção de políticas públicas para as mulheres e a criação e consolidação de conselhos estaduais e municipais dos direitos das mulheres. Pode-se dizer que, apesar das denúncias sempre presentes de cooptação do movimento por parte do estado, a conjuntura que envolve a relação do movimento com o Estado durante o governo Fernando Henrique Cardoso foi em muitos sentidos diferenciada daquela vivida durante o governo Lula, sendo obtidos maiores avanços em termos de inclusão política e ação do estado em direção da diminuição das desigualdades de gênero na sociedade. Apesar dos constrangimentos sempre existentes, o movimento encontrou um universo político muito mais aberto e propício a mudanças de maior impacto do que algum tempo atrás.

A Secretaria também se tornou o principal patrocinador de ações da sociedade civil e das organizações não governamentais. Apesar de o governo do PT ter aumentado as esferas de ação do Estado no que tange à execução de políticas públicas, o trabalho das organizações não governamentais feministas não cessou de existir, provendo da mesma forma a população de determinados serviços no lugar do Estado. Dessa vez, todavia, a existência de um ministério com recursos próprios e condições de financiar as ações das ONGs e do movimento fizeram com que grande parte destas passem a se manter, principalmente, através do financiamento estatal e muito pouco pelo financiamento de organismos internacionais.

O impacto sobre o movimento que já é bastante visível é o de que hoje no que Matos (2009; 2010a) chama de quarta onda no Brasil, o que se apresentava como uma vertente, no caso brasileiro, está se transformando no próprio movimento. Hoje o “feminismo de estado” se consolida como a nova cara do feminismo latinoamericano e mesmo que o próprio estado incentive a formação de lideranças femininas e a consolidação dos movimentos já existentes, frente às grandes organizações feministas, os movimentos feministas de base acabam por perderem fôlego e espaço, o que nos traz de volta os mesmos problemas anteriormente apontados acerca das desigualdades intrínsecas ao feminismo. Mesmo movimentos que se consolidaram e perseveraram de

forma autônoma ao Estado – como a Marcha Mundial das Mulheres – cada vez mais se aproximam do Estado não apenas através de canais de participação política, mas também no financiamento de ações para comunidades de mulheres.

O problema que aqui se coloca diz do segundo critério aventado por Dryzek no que diz respeito às estratégias dos movimentos frente à decisão de entrar ou não no Estado. O risco eminente de esvaziamento da sociedade civil é algo que paira em torno do movimento feminista brasileiro. Apesar de ainda contar com um grande poder de mobilização social, este poder já é bastante reduzido frente ao poder que apresentavam anteriormente. Os grandes movimentos brasileiros ou perderam seus quadros para as ONGs em franco crescimento ao longo da década de 90 ou se institucionalizaram, tornando-se também ONGs. Boa parte das feministas dos novos quadros, criadas num ambiente em que a militância feminista se confundia com o trabalho profissional das ONGs encaram hoje com naturalidade o fato de que o foco da militância se encontra na atuação via ONGs ou através de órgãos internacionais ou estatais e, com exceções é claro, pouco se engajam na luta dentro da sociedade. Mesmo que este não se apresente como um problema a curto prazo, as escolhas estratégicas futuras do movimento podem levar a esse esvaziamento.

Como afirma Dryzek (1996) ecoando em certos aspectos o argumento habermasiano acerca da questão da inclusão²¹, a sociedade civil tem um papel chave para a promoção da inclusão. É a legitimidade e as mudanças culturais produzidas no âmbito da esfera pública que formarão as bases para a existência de uma demanda corrente frente ao estado de abertura de suas portas a participação de determinados grupos na tomada de decisões e na formulação de políticas públicas específicas. Somado à tarefa diletante de fiscalização e controle dos representantes, este potencial de inclusão da sociedade faz não só com que se abram brechas para a entrada do movimento como fazem com que estes espaços possam ser realmente inclusivos.

Parece-nos aqui, portanto, que a partir do momento em que se avalia que a atuação no Estado pode render frutos para além do risco da cooptação, mas ao mesmo tempo lembrando a centralidade da atuação do movimento na sociedade civil para se garantir verdadeira transformação social, uma estratégia interessante de atuação para o movimento e que desfaz o dilema entre autonomia e institucionalização do movimento, é

²¹ Habermas, 2002.

o que Cohen e Arato (1992) chamam de “dupla militância”. Algo que já identificam nos movimentos feministas norteamericanos. A estratégia da dupla militância implica em que o movimento alimente duas “frentes de trabalho”. A primeira, focada no Estado teria o papel de buscar o desenvolvimento de um apoio constitucional, legal e através de políticas públicas para as atividades do movimento na sociedade civil. Um contexto de suporte e legitimação para as políticas e legislações importantes para os grupos, por outro lado, pode ser construída a partir das ações do movimento dentro da sociedade civil.

O próprio movimento feminista latinoamericano, apesar das disputas internas, de alguma forma veio realizando esta estratégia ao longo dos últimos anos. Estratégias conjuntas de atuação não só parecem ser uma alternativa para os dilemas internos ao feminismo como também se apresentam como uma das formas mais completas de se garantir que se possa utilizar o Estado e os recursos que eles podem oferecer no sentido de promover a equidade de gênero sem deixar de lado os espaços já construídos e fundantes da luta feminista pela inclusão.

Mesmo que sejam apontados inúmeros obstáculos a atuação do movimento dentro do Estado, com as modificações que vem sendo realizadas nos Estados latinoamericanos, ainda há muito o que se discutir acerca de quais estratégias a serem utilizadas pelo movimento feminista com o objetivo de garantir a inclusão de suas demandas, quais espaços devem ser ocupados e como lidar com um possível esvaziamento do movimento caso não haja um balanço entre a institucionalização crescente do movimento e a diminuição no número de movimentos independentes autônomos que tenham como foco de atuação a sociedade civil.

V.Considerações Finais

Pudemos ver que a decadência do empreendimento socialista, que se refletiu no fim dos conflitos sociais pautados quase exclusivamente pelas lutas ideológicas de classe, permitiu que viessem à tona novas formas de encarar as disputas e as reivindicações dos grupos sociais que apelavam para a identidade social de seus participantes para construir seu escopo de disputas (Hall, 2006).

Na América Latina esses movimentos crescem no escopo da luta pelo fim da ditadura e trazendo junto à luta política de oposição à ditadura a luta centrada na questão identitária que deram corpo aos novos movimentos sociais que passam ocupar cada vez mais espaço na sociedade civil latinoamericana. Em sua luta colaboram para a transformações profundas na sociedade assim como no Estado, garantindo espaços de interlocução através da criação dos espaços participativos inéditos na história da região.

Entre os movimentos que se destacam durante esse momento histórico está o feminismo, movimento que entre os anos 70 e 80 ganha dimensões e laços continentais através de uma intensa articulação e luta em prol dos direitos humanos, nos partidos políticos de esquerda e em organizações propriamente feministas. Com demandas como a liberalização do aborto, direito a sexualidade, condições de trabalho igualitárias, entre tantas outras questões, o movimento se consolida a partir do final da década de 80 e 90, alcançando algumas conquistas importantes, mas ainda tendo que enfrentar obstáculos estruturais a sua inclusão política.

Durante a década de 90, com a adoção do modelo neoliberal pela maioria dos países latinoamericanos, as feministas se institucionalizaram em ONGs provendo a população de serviços e ocupando lacunas deixados pelo Estado enxugado pela ideologia neoliberal. Em momentos recentes consegue entrar no estado, promovendo o que algumas chamam de “feminismo de Estado”, compondo o que Matos (2009; 2010a) aponta como uma quarta onda do feminismo latinoamericano. Estas novas relações encetadas com o Estado, contudo, se tornam motor de grandes dilemas dentro do feminismo, criando duas posições distintas no movimento, uma a favor da presença no Estado, as “institucionalizadas” e as favoráveis a manutenção da distância do movimento das estruturas estatais as chamadas “autônomas”. Assim sendo, um dos debates mais contenciosos dentro do feminismo nas últimas décadas tem sido a forma como ele se relacionará com o Estado.

Levando-se em conta a experiência dos movimentos nos últimos vinte anos de democracia, no entanto, pôde-se perceber que ambas as estratégias de atuação tem méritos e efeitos colaterais. Todavia, tendo como ponto de chegada a garantia de que os movimentos serão incluídos no debate político e sejam ouvidos em suas demandas e proposições, parece ser uma saída estratégica para esse debate a “tática” da dupla militância (Cohen & Arato, 1996).

Como podemos ver através da atuação do movimento feminista na América Latina, ambos os espaços são fundamentais para qualquer estratégia de inclusão política dos grupos da sociedade civil. Dessa forma, o que percebemos é que o debate acerca de onde se localizar o movimento evidencia ao mesmo tempo em que esconde duas questões importantes. A primeira delas é a de que da mesma maneira em que o movimento não se pode furtar a aproveitar as oportunidades de atuação dentro do Estado ele não pode deixar de exercer um protagonismo no âmbito da sociedade civil, pois ambos são espaços fundamentais de promoção de inclusão e no caso do feminismo, na promoção da igualdade de gênero. Ao mesmo tempo os movimentos devem saber examinar criticamente o contexto em que a promoção de mecanismos de inclusão são construídos pelo Estado de forma a promoverem a inclusão e não serem utilizados para a legitimação de um projeto político que em nada atenda as demandas mais importantes dos grupos incorporados. Se mostra fundamental que mais estudos possam ser realizados sobre a forma como os movimentos sociais são levados para dentro do estado nos mais diversos países latinoamericanos, de forma a nos dar pistas sobre como construir estados inclusivos e não cooptativos.

As nuances da relação entre os movimentos sociais e o Estado por outro lado, nos mostram o quão complexo e multifacetados são os processos de inclusão política promovidos até hoje e o quanto há desafios ainda a serem superados para que os estados latinoamericanos possam enfim aprofundar suas democracias recentemente reinstaladas.

Referencias Bibliográficas

ALVAREZ , Sônia. (1990a). **Engendering democracy in Brazil: Women's movements in transition politics**. Princeton: Princeton University Press.

_____. (1998a), Feminismos latinoamericanos. **Revista Estudos Feministas**, 6; 2p. 265-284.

_____. **Advocating feminism: the Latin American feminist NGO 'boom'**. Santa Cruz: University of California, 1998b.

ALVAREZ, Sonia. **El Estado del Movimiento y el Movimiento en el Estado**. 1998c. Disponível em: <http://agendadelasmujeres.com.ar/notadesplegada.php?id=1313>.

ALVAREZ, Sonia E. et al. Encontrando os feminismos latino-americanos e caribenhos. **Revista Estudos Feministas**, v.11, n.2, p. 541-575, 2003.

_____; DAGNINO, Evelina & ESCOBAR, Arturo. (2000), **Cultura e Política nos movimentos sociais Latino-Americanos**. Belo Horizonte, Editora da UFMG.

ALVES, B. M. & PITANGUY, J. **O que é feminismo**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1991

AMARAL, Aécio. & BURITY, Joanildo (Orgs.). (2006), *Inclusão social, identidade e diferença: perspectivas pós-estruturalistas de análise social*. São Paulo: Annablume.

AVRITZER, Leonardo. (2002), **Democracy and the public space in Latin America**. Princeton, Princeton University Press.

CALHOUN, Craig. (1998), Preface. In: Calhoun, C. *Social Theory and the politics of Identity*. Oxford, Blackwell Publishers.

COHEN, Jean L. & ARATO, Andrew. **Civil Society and Political Theory**. Cambridge: The MIT Press, 1992.

DRYZEK, John. (1996), “Political Inclusion and the Dynamics of Democratization”. *The American Political Science Review*, 90; 3.

Guzmán, Virginina. Democratic Governance and Gender: Possible Linkages. Santiago: CEPAL. **Série Mujer y Desarrollo**, 48. 2004.

Disponível em: <http://www.eclac.org/publicaciones/xml/4/19764/lcl1962i.pdf>.

HALL, Stuart. (2006), *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro, DP&A Editora.

HTUN, Mala. **Women’s Rights and Opportunities in Latin America: Problems and Prospects**. Relatório de pesquisa. 1998.

Disponível em: http://pdf.usaid.gov/pdf_docs/PNACD024.pdf

FRASER, Nancy. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. **Revista Estudos Feministas**, vol. 15, nº 2, 2007, p. 291-308.

_____. O Feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. **Revista Mediações**, v. 14, nº 2, p. 11-33. 2009.

HABERMAS, J. **A inclusão do outro: estudos de teoria política**. São Paulo: Loyola, 2002.

HELD, David. (1987). **Modelos de Democracia**. Belo Horizonte, Ed. Paidéia.

HUNTINGTON, Samuel. **The Third Wave: Democratization in the late twentieth century**. Norman: University of Oklahoma Press. (1991).

INGLEHART, Ronald. (1997), *Modernization and Postmodernization: Cultural, Economic, and Political Change in 43 Societies*. Princeton, Princeton University Press.

JAQUETTE, Jane (org). **The Women's Movement in Latin America: Participation and Democracy**. Boulder, Westview Press. 1994a.

_____. **Los movimientos de mujeres y las transiciones democráticas en América Latina**. In: León Magdalena (org.). *Mujeres y Participación política: Avances y desafíos en América Latina*. Bogotá, Uniandes y Tercer Mundo Editores. 1994b. Disponível em: <http://manzanadiscordia.univalle.edu.co/volumenes/articulos/V3N1/art2.pdf>

LACLAU, Ernest. (1990), *New reflections on the resolution of our time*. Londres, Verso.

LAWSON, Chappell. **Mexico's Unfinished Transition: Democratization and Authoritarian Enclaves in Mexico**. *Mexican Studies/Estudios Mexicanos*. 16; 2. 2000.

MATOS, Marlise. (2009), *O Feminismo em sua quarta onda: uma nova geometria a partir da configuração complexa do campo de gênero e dos desafios aos feminismos horizontais*. Mimeo.

_____. (2010a), “A Evolução da Condição das Mulheres na Sociedade”. In: *Guia de Formação Política para Mulheres de Partidos Políticos*. Brasília: Secretaria Especial de Política para as Mulheres.

_____. (2010b), *A Representação Política Feminina na América Latina e Caribe: Condicionantes e Desafios à Democracia na Região*. Relatório de Pesquisa.

MARTUCCELLI, Danilo. (1996), “As contradições políticas do multiculturalismo”. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, mai/ago.

PANFICHI, Aldo & CHIRINOS, Paula V. M. (2002), “Sociedade Civil e Governabilidade Democrática nos Andes e no Cone Sul: Uma visão panorâmica na entrada do século XXI”. In: DAGNINO, Evelina. *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra.

PEREIRA, Ana Claudia J. (2009), “Normas Internacionais e Direitos Humanos: O Caso da Lei Maria da Penha no Brasil”. In: MATOS, M. (org.). *Enfoques Feministas E Os Desafios Contemporâneos: Debates Acerca do Feminismo - Antigos e Novos Desafios*. Belo Horizonte, FAFICH/DCP.

STERBBACH, Nancy S. et al. **Feministas na América Latina: de Bogotá a San Bernardo**. *Revista Estudos Feministas*, v. 2, n. 2, p. 255-295, 1994.